

OS LIVROS DE LEITURA SERIADOS NO SÉCULO XIX¹

EDNA PEREIRA DOS SANTOS FERREIRA*

Este texto trabalho é recorte de uma pesquisa, em andamento, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação/UFG, mestrado, na linha Estado, Políticas e História da Educação. A temática da pesquisa abrange, na perspectiva da história cultural, as práticas e representações dos livros de leitura seriados, com ênfase na série de livros de Felisberto de Carvalho, entretanto, neste estudo não será dado destaque ao autor, mas sim aos diferentes autores da série de Livros de Leitura. Os livros de leitura começaram a circular no Brasil no final da década de 60, do século XIX, sendo Abílio César Borges, o primeiro a publicar livros desta modalidade. Mais tarde, autores como Felisberto de Carvalho, Hilário Ribeiro, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto, Francisco Vianna, João Köpke e outros, publicaram livros desta natureza. Nas últimas décadas do Império, autoridades educacionais investiram na necessidade de ofertar instrução escolar para o povo brasileiro, em especial, debatia-se a respeito da criação da escola para as classes populares. Dessa forma os livros seriados de leituras estavam inseridos neste contexto.

Palavras-chave: livros seriados de leitura; história da educação; autores; práticas educacionais.

INTRODUÇÃO

O século XIX, também conhecido como período oitocentista, foi marcado por acontecimentos políticos e sociais que influenciaram a instrução escolar, uma vez que esta foi um mecanismo de governo a fim de direcionar qual caminho a ser trilhado, além de garantir que não desviasse do caminho traçado. Segundo Faria Filho (2000), a instrução não deveria ultrapassar o aprendizado das Primeiras Letras, que era chamada escola para pobres.

Deste modo, os Livros de Leitura, destinados específicos para alfabetização de crianças, começaram a ser publicados no Brasil no final da década de 60, por educadores preocupados com a instrução escolar, e circularam por todo o país por muito tempo, alguns deles circulou por mais de meio século.

¹ Este estudo é resultado de uma reflexão surgida durante a disciplina Educação Brasileira ministrada pela Prof.^a Dra. Diane Valdez, no Programa de Pós Graduação em Educação FE/UFG, durante o 2º semestre de 2015, realizado como trabalho de conclusão de disciplina. No decorrer da disciplina, percorremos os trajetos da educação desde a colonização do Brasil por Portugal até o Regime Militar, que possibilitou realizar o recorte temporal pretendido, o século XIX e a circulação dos livros de leitura seriados.

* Graduada em Ciências Biológicas (UFMT) e Química (IFMT), Especialista em Gestão em Saúde (UFMT). Assistente em Administração no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – *Campus Rondonópolis*. Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: ednaroo@gmail.com.

Assim, este estudo tem por objetivo refletir a respeito da circulação dos livros de leitura no Brasil, na segunda metade do século XIX, além de buscar compreender o lugar que estes livros ocupavam, ou seja, quem os produziam, para quem eram destinados, como eram compostos materialmente e outros fatores que, historicamente, faziam parte dos cenários da história da educação brasileira oitocentista. Muitos estudos já foram realizados sobre essa temática, entretanto, a intenção é refletir sobre o percurso histórico dos livros de leitura seriados destinados especificamente às crianças.

Não é uma tarefa fácil analisar obras que foram produzidas e adotadas há mais de um século, pois para se realizar a leitura de uma época, é necessário decifrar suas representações, e na perspectiva da História Cultural, como registrou Pesavento (2014, p. 32), é relevante uma vez que se busca por meio das práticas e experiências, a tradução em “(...) valores, ideias e conceitos sobre o mundo”. Vale registrar ainda a importância de se conhecer o percurso de materiais que circulavam nas escolas, para assim perceber as transformações e permanências. Neste caso, das obras didáticas, que no período recebia a denominação de livro de leitura.

Para Burke (2005) o ponto comum entre os historiadores culturais é a preocupação com o simbólico e suas interpretações, sendo que o simbolismo é a principal característica da história cultural, pois apresentam as contradições, costumes e práticas de um dado período. Neste sentido, o livro enquanto objeto é um símbolo que traz consigo as práticas e representações de uma sociedade, trazendo uma abordagem do passado, transmitindo os significados que carrega, além de transparecer para quem era destinado, enfim, como a realidade é construída, produzida.

Deste modo, o estudo percorre o início do século XIX até a última década deste e tem por finalidade refletir a inclusão dos livros seriados de leitura enquanto instrumento fundamental para a instrução elementar, com início da sua circulação marcada na segunda metade do século XIX. Optou-se por dividir este em duas seções: a primeira trata dos livros na primeira metade do século XIX; a seguinte aborda a publicação dos primeiros livros de leitura na segunda metade do século em estudo e por fim, acrescentamos uma breve consideração final.

1. LIVROS NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Optamos, neste trabalho, concentrar o tema de livros no século XIX, contudo é importante esclarecer que a circulação de livros no Brasil aconteceu anterior a este século. A circulação de livros no Brasil de colonização portuguesa (1500-1822) acompanhava o ritmo de um tempo em que a leitura estava limitada nas mãos de uma elite intelectual que se compunha, quase sempre, de homens do clero e de outros que tinham acesso a colégios, universidades, seminários, bibliotecas e outros espaços.

Optamos pelo século XIX, não por se considerar mais relevante que outros períodos, mas sobretudo pelo fato de constatar que é neste período a produção dos primeiros livros destinados a infância escolar. Portanto, é importante focar este tempo em consonância com o que se demandava e o que se produzia de livros em outros lugares, até mesmo para compreender o processo no interior de uma sociedade agrária, patriarcal e escravista. Diante dessas características, já podemos pensar para quem o conhecimento dos livros se destinavam.

De acordo com Villalta (1997), a leitura foi ganhando maior espaço, no final do século XVIII e início do século XIX, na medida em que foi se criando um ambiente para a leitura, e os livros, no espaço doméstico. Assim, as casas de pessoas da elite intelectual, foram se adaptando e, junto as poucas mobílias, os livros foram ganhando espaço. Pequenas estantes, prateleiras ou escrivaninhas, abrigavam alguns livros, juntamente com objetos que favoreciam a leitura nestes ambientes: lupas, óculos, papeis, tintas, penas e outros.

A chegada da Coroa portuguesa no Brasil no início do século XIX, alterou o cenário referente a circulação de livros no Brasil de colonização portuguesa. Materiais que faziam parte da Biblioteca Real lusitana, como livros, documentos, obras de artes, dentre outros objetos, ocuparam lugar nas embarcações que atravessaram o oceano rumo as terras coloniais. Pensar em livros neste período é pensar também em quantidade própria da época, evitar tomar o presente como referência, pois não era uma característica desse tempo histórico a larga produção, consumo e circulação de obras de leitura, não só na colônia, como também na metrópole.

Isso refletia, conseqüentemente, nos espaços escolares, em especial nas Escolas de Primeiras Letras, lugares destinados ao ensino de crianças. A falta de livros para o ensino da leitura proporcionava a busca de outros materiais destinados a este fim. Assim, recorria-se aos silabários, cartas de ABC e cartilhas, produzidas artesanalmente. Utilizava-se ainda diferentes

documentos como registros de cartórios, legislação, jornais, manuscritos e outros. Sobre isso, Valdez (2003, p. 2) afirmou que “as cartinhas, mais tarde cartilhas para ensinar a ler e a escrever e noções de catecismo marcam o surgimento da literatura didática no Brasil”.

Além destes materiais utilizados para o ensino da leitura, utilizava-se ainda, em menor proporção, em especial nos colégios formais os clássicos da literatura internacional, uma vez que no Brasil Colonial não se produziam livros². Esses clássicos nem sempre eram destinados ao público infantil, fato que dificultava o acesso das crianças.

Até o início do século XIX, haviam poucos livros específicos destinados ao ensino das crianças, apesar da Coroa Portuguesa ter trazido coleções de livros para o Brasil, os de cunho escolar não eram muitos, além de que estes eram para compor a Biblioteca Real. Vale citar ainda que até o final do processo de colonização, a metrópole portuguesa não permitia a instalação de gráficas e editoriais no Brasil. Embora a inserção de livros na sociedade ainda estivesse acontecendo de modo “tímido” de acordo com Gasparello e Villela (2006, p. 40-41), em função do processo de Independência (pós 1822), “(...) foi autorizado o funcionamento de gráficas e a produção de livros manteve um crescimento significativo até 1870”.

A despeito de a produção nacional crescer, em função do preço do papel, muitos optavam pela importação de livros, por isso, até meados do século XIX, boa parte dos livros utilizados para a instrução eram exportados de outros países. Mesmo em uma época em que havia a circulação de jornais e revistas no país, à impressão de livros para o ensino elementar de **Primeiras Letras**, ainda era limitada embora houvesse demanda. O crescimento na produção de livros e na circulação de periódicos (jornais e revistas) influenciou mudanças no setor e, de acordo com Gasparello e Villela (2006, p. 41, grifo do autor) “(...) a produção *didática* revelou-se também um ramo com grandes possibilidades de lucro, com a presença do poder público como importante cliente, na compra de materiais didáticos e impressão de livros”.

O número de livros limitados por escola, assim como a inexistência de uma política de produção de livros escolares, não era uma realidade de províncias consideradas distantes dos

² Segundo Valdez, “a expressão livro didático não era utilizada no período, utilizava-se os termos compêndios, livros para a escola, livrinhos para a infância e outros. Entendia-se por compêndios os livros de disciplinas específicas, como matemática, gramática etc. Contudo, nas fontes, essa divisão não era muito rígida, pois, de modo geral, compêndios traduzia todos os livros escolares” (VALDEZ, 2006, p. 192).

grandes centros do Império. Esta foi uma realidade da maioria das Províncias, uma vez que eram poucos livros disponíveis que muitas vezes eram utilizados um para cada sala de aula ou até mesmo para a escola. Na Província de Mato Grosso, de acordo com Amâncio (2005), as crianças aprendiam a escrever fazendo cópias da documentação oficial da província.

Estudos recentes sobre a educação brasileira demonstram que várias províncias no século XIX passaram a discutir o que Faria Filho (2000, p. 135) chamou atenção da “(...) necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas ‘camadas inferiores da sociedade’”. O debate, a respeito da necessidade e a pertinência de instruções de determinados sujeitos, como a população negra, escrava, indígena, feminina e outros alertava para a necessidade de produção de material impresso. Dessa forma, era impossível desconiliar as discussões a respeito da escolarização da produção de livros para este público.

Assim como era impossível negar o fato de que na sociedade da época havia escassez de livros e materiais didáticos com finalidades de utilização no ensino elementar. Como já foi afirmado, havia livros no país, porém eram poucas as obras destinadas à instrução elementar das crianças, como registrou Batista e Galvão:

Até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam nas nossas escolas. Várias fontes, como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos, a Constituição do Império (e a lei de 1827, a primeira lei brasileira especificamente sobre instrução pública, prescreve isso) o Código Criminal e a Bíblia serviam como manuais de leitura nas escolas. (BATISTA; GALVÃO, 1998, p. 1-2).

Tal fato pode se justificar em virtude do Ensino de Primeiras Letras ter início em engenhos, fazendas, espaços domésticos, ministrados por mestre-escola, padre ou alguma pessoa letrada. Sobretudo, a partir do período imperial, de acordo com Batista e Galvão (1998, p. 2) a necessidade de escolarização aumentou significativamente, e, “(...) a instrução e a educação passaram a ser vistas como necessárias ao desenvolvimento econômico e cultural do país e um dos signos da ‘civildade’”.

2. LIVROS SERIADOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A segunda metade do século XIX marca um movimento em torno da educação que se constrói por meio de legislações escolares e exigências que desafiavam a ordem imperial. A criação de estabelecimentos de ensino primário e secundário nas províncias estabeleciam providências ainda mais exigentes no que se refere a material impresso para uso escolar. É neste contexto que surgem os primeiros livros seriados de leitura destinados para crianças brasileiras que frequentavam escolas e para famílias que instruíam seus filhos. Tais livros foram publicados no final da década de sessenta, do século XIX e se tornaram populares por cerca de um século (VALDEZ, 2004; BATISTA; GALVÃO, 1998).

Para Bittencourt (2004, p. 483), a segunda metade do século XIX ficou marcada por evidenciar que o livro não era um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava trechos do texto nas aulas. As novas demandas da pedagogia moderna ressaltava a criança com maior ênfase, assim o livro deveria sair das mãos dos mestres para as mãos dos alunos. Em virtude disso, o livro escolar teve que se readaptar às mudanças e necessidades deste público, desde a linguagem até as ilustrações.

Apesar deste período ser identificado como positivo na publicação de impressos escolares, ainda era sério o problema de acesso aos livros, objetos caros e distantes para as classes sociais pobres. Para Valdez (2006, p. 198), o problema da falta de livros não se dava em função de falta de autores para produzir livros mais próximos da realidade brasileira. Talvez este problema poderia estar relacionado ao poder público, ou nos estabelecimentos de instrução pública, pois ao que nos parece, as escolas privadas, confessionais ou laicas, garantiam o acesso do livro para seus alunos. Essa questão precisa ser melhor elucidada, pois desconhecemos pesquisas que abordam a ausência de livros nos estabelecimentos privados frequentados por filhos da elite brasileira.

Neste contexto, surgiram educadores brasileiros, homens com experiências na instrução, seja em cargos públicos ou proprietários de estabelecimentos de ensino, que produziram as primeiras séries graduadas de livros de leitura, inicialmente com Abílio César Borges, e mais tarde, conforme registraram Pfromm Neto, Dib e Rosamilha (1974, p. 170) “(...) Felisberto de Carvalho, Hilário Ribeiro, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto, Francisco Vianna, João Köpke e outros”.

A primeira edição de um livro seriado de leitura destinado para crianças ocorreu no final da década de 60. Foi o *Primeiro Livro de Leitura*, publicado sob a responsabilidade de Abílio César Borges, que mais tarde, recebeu o título de barão de Macahubas. Abílio, médico baiano, já tinha ocupado o cargo de Diretor de Instrução Pública da Bahia e era proprietário do Ginásio Baiano, internato para meninos da elite baiana. Além de ter sido pioneiro na escrita de livros para crianças escolares, divulgava suas obras em todas as outras províncias:

A princípio, com a intenção de divulgá-los, o autor distribuiu gratuitamente seus livros, ou seja, em um tempo no qual o custo de um livro era consideravelmente alto, essa distribuição fez com que suas obras chegassem às mãos de crianças de várias regiões, como da poetisa goiana Cora Coralina que ressalta em seu poema *Vintém perdido...* (VALDEZ, 2004, p. 10).

Outro autor, que também publicou uma série de Livros de Leitura, foi Felisberto de Carvalho a partir dos anos 1892, e no prefácio de suas obras explicita a finalidade destes livros:

- 1o . – Despertar no aluno o desejo de aprender a ler.
- 2o – Facilitar-lhe de certa maneira a leitura, pelo exame prévio do desenho que precede cada lição;
- 3o – Não apresentar de uma só vez, como, aliás, já o têm feito alguns autores, todas as letras e essa grande quantidade de sílabas que desanimam a criança;
- 4o – Fugir do que é muito trivial e fazer que o aluno adquira sempre idéias novas, apresentando-lhe algumas palavras cuja significação não pode saber, para que o professor tenha ocasião de lhes explicar;
- 5o – Associar a escrita à leitura, poupando ao professor o trabalho de representar por muitas vezes, em manuscrito, as palavras ou frases, cumprindo aqui dizer que se não trata de exercícios caligráficos, mas simplesmente logográficos, isto é, da escrita correta das palavras, ainda que não seja bela;
- 6o – Desenvolver sempre, cada dia de aula, a inteligência do menino, levando-o a raciocinar e a expender bem os seus juízos. (CARVALHO, 1911, p. 9).

F. de Carvalho deixa clara a finalidade dos livros evidenciando que o aprendizado da leitura é prevaletido, por isso a ênfase dada no próprio título das obras. Assim, tanto nos livros deste autor, como de outros, “(...) uma das primeiras referências de todos os autores é colocar a leitura como prioridade na aprendizagem da criança, isso num tempo em que a escola priorizava a leitura e a escrita” (VALDEZ, 2004, p. 13).

Para diferentes autores que pesquisaram a respeito dessas obras escolares é consenso que as séries de livros foram fundamentais na construção de uma cultura escolar do livro no Brasil. Também é consenso que os mesmos cumpriam uma função moralizadora de comportamento, religiosa pelo fato de não haver separação rígida entre Estado e Igreja e, cívica, por promover a construção de uma nação. Assim, estes livros proporcionava para as crianças o acesso ao conhecimento de várias áreas ao mesmo tempo. Trata-se de obras que chegavam as crianças brasileiras em tempos em que o modelo europeu e norte americano predominava, o fato dos mesmos serem escrito por brasileiros, já indicava um outro olhar para o modelo educacional que se construía em uma sociedade separada rigidamente pela classe social.

Deste modo, conforme afirmam Pinheiro e Moreira (2010, p. 4), “o livro escolar era uma possibilidade de divulgar um saber, de socializar conhecimentos, de ensinar patriotismo e condutas de comportamento”. Nesta perspectiva, nas considerações de Oliveira e Souza (2000, p. 26), os livros de leitura retratam conhecimentos e valores de uma determinada época, e esta fonte tem finalidades para a qual foi pensada e constituída, uma vez que “o livro de leitura compreendia um objeto cultural e era, ainda, um instrumento de ensino da língua e da leitura e um auxiliar do trabalho docente”. Além disso, todo conhecimento designado para ser ensinado nas escolas primárias estavam vinculados à leitura. A leitura sempre foi o foco do ensino elementar, por isso à ênfase dada nos livros da época:

O livro era considerado um objeto redentor que daria saber e traria luzes a uma província que se encontrava isolada e distante dos grandes centros litorâneos. Essa crença no poder do livro como depositário privilegiado do saber escolar e objeto de viabilização dos projetos educacionais, incluindo a formação de professores e alunos, com poucas diferenças, transparecia nos discursos de grupos conservadores católicos, positivistas ou cientificistas republicanos em diferentes lugares do Brasil oitocentista. (VALDEZ; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2010, p. 11).

Como foi possível observar neste curto texto, os livros de leitura são impregnados de significados e costumes da época em que circularam, sua produção compôs as séries graduadas de leitura, que teve como pioneiro o barão de Macahubas, com a primeira edição em 1868. As séries graduadas de leitura foram fundamentais para a educação brasileira, uma vez que abrangiam uma série de conteúdos considerados essenciais à época para a formação

da criança e ainda, seguindo o que regia a legislação, para a inserção de conteúdos considerados essenciais para a formação daquele período.

Por outro lado, faz-se necessário compreender os valores e significados que os livros representaram para o período, a intenção dos autores, a quem buscava como leitor, pois para Pesavento (2004), as representações dizem mais do que mostram ou anunciam, são também portadores o simbólico, e estão impregnados de sentidos ocultos. Assim, os livros de leitura carregam em si muito mais do que é evidenciado, uma vez que é uma construção, produzida e intencionada através do olhar de quem escreveu, por isso “tudo aquilo que hoje é contado de uma forma poderá ser contado amanhã de forma diferente” (PESAVENTO, 2014, p.62)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, L. N. de B. Ensino de leitura e escrita em Mato Grosso: aspectos de uma trajetória (séculos XVIII e XIX). In: **REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd**, 28, 2005, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2005. P. 1-17.

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. de O. **A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos**. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 4, n. 24, p. 85-103, 1998. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio21.html>> Acesso em: 11-jan-2016

BITTENCOURT, C. M. F. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, 2004, p. 475-491.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, F. **Primeiro Livro de Leitura**. 59ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1911.

FARIA FILHO, L.M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

GASPARELLO, A.; VILLELA, H. O Colégio Pedro II e a construção da escola secundária no Brasil. In: NUNES, C. & SÁ, N. P. **Instituições educativas na sociedade disciplinar brasileira**. Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 37-59.

OLIVEIRA, C. R. G. A. de; SOUZA, R. F. de. **As faces do livro de leitura**. Cadernos Cedes, São Paulo, ano 20, n.52, p.26-40, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a03v2052.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2015.

PESAVENTO, S.J. **História e História Cultural**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PFROMM NETO, S.; DIB, C. Z.; ROSAMILHA, N. **O livro na educação**. Rio de Janeiro, RJ: Primor/INL, 1974. p. 153-204.

PINHEIRO, A. S.; MOREIRA, K. H. **Livros de leitura na primeira metade do século XX**: concepções de leitura e de leitores. Interletras (Dourados), v. 2, p. 1-16, 2010.

VALDEZ, D. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges**: o barão de Macahubas (1856-1891). Tese de doutorado, Unicamp, Campinas: SP, 2006.

_____. **Livros de leitura seriados para a infância**: fontes para a história da educação nacional (1866-1930). LINHAS: Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura / Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 2, jul/dez, 2004.

_____. **Livros de leitura**: a infância nas linhas e nas imagens. In: 14º Congresso de Leitura do Brasil, 2003, Campinas/SP. II Congresso da história do livro e da leitura no Brasil, 2003.

VALDEZ, D.; OLIVEIRA, W. A. de; RODRIGUES, A. F. Livros solicitados para a infância escolar: Província de Goiás (Século XIX). 2010. In: **XIX Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação**: Conhecimento e modernidade - velhos e novos desafios. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, L. M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385.